COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI 1.890, DE 2023 (Do Sr. HÉLIO LOPES)

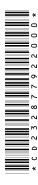
> Acrescenta parágrafo ao art. 98 da Lei n° 13.105, de 2015, Código de Processo Civil, para conferir gratuidade de justiça aos agentes de segurança pública em situação de vulnerabilidade socioeconômica

EMENDA MODIFICATIVA Nº

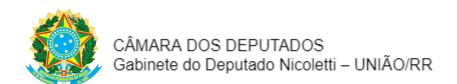
Acrescente-se ao art. 2º do PL 1.662, de 2023, as seguintes alterações ao § 9º do art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015:

Art.	20	
	Art. 98	

§ 9° Os integrantes dos órgãos de que tratam, respectivamente, o § 3° do art. 27, o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52, os enumerados no art. 144, todos da Constituição Federal, da perícia oficial de natureza criminal e os agentes de segurança do sistema socioeducativo, em vulnerabilidade socioeconômica, têm direito à gratuidade da justiça." (NR)







JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa à inclusão dos integrantes das polícias legislativas federais, estaduais e distritais, dos peritos oficiais de natureza criminal, dos agentes de segurança do sistema socioeducativo e dos agentes de trânsito de que trata o inciso II do § 10° do art. 144, uma vez essas categorias de servidores atuam também na segurança pública e não estão abrangidos nesta salutar iniciativa legislativa.

Então, no intuito de preservar a isonomia que deve existir entre todas as categorias policiais brasileiras, apresenta-se esta emenda.

Sala da Comissão, em 13 de junho de 2023.

NICOLETTI Deputado Federal Presidente do União Brasil/RR

